

## O QUE É A AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR?<sup>1</sup>

**Anna Flávia Bacin<sup>2</sup>, Antory Castoldi Wendland<sup>3</sup>, Maria Cristina Schneider Lucion<sup>4</sup>,  
Maria Eduarda Linn<sup>5</sup>**

<sup>1</sup>Trabalho desenvolvido na disciplina de Projeto Integrador do curso de Direito da Unijuí;

<sup>2</sup>Acadêmica do curso de Graduação em Direito da Unijuí. Email: anna.bacin@sou.unijui.edu.br;

<sup>3</sup>Acadêmico do curso de Graduação em Direito da Unijuí. Email: antory.wendland@sou.unijui.edu.br;

<sup>4</sup>Professora do Curso de Graduação em Direito da (UNIJUÍ). Mestre em Direito pela Unijuí. E-mail: maria.lucion@unijui.edu.br;

<sup>5</sup>Acadêmica do curso de Graduação em Direito da Unijuí. E-mail: maria.linn@sou.unijui.edu.br.

Este resumo tem como objetivo falar sobre a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), organização pública que está ligada ao Ministério da Saúde, tem papel específico na definição de regras, padronização, supervisão e regulação de processos que envolvem o setor de saúde suplementar. A ANS tem um nível significativo de autonomia política, financeira e administrativa do governo, incluindo a capacidade de arrecadar seus próprios recursos e tomar decisões legais para aplicar suas resoluções. Além disso, ela possui autoridade para fiscalizar, regular e impor penalidades relacionadas a qualquer tipo de produto, serviço ou contrato que tenha características distintas das atividades estritamente comerciais, contanto que envolvam o financiamento de riscos relacionados à assistência médica, hospitalar e odontológica. Essas agências, dotadas de maior autonomia administrativa e constituídas por um quadro estável de burocratas especializados, supostamente, tenderiam a exercer uma função mais poderosa, mas ainda reguladora, mais eficiente e com maior autonomia política. Os resultados desta pesquisa destacam a importância de uma abordagem equilibrada que busque integrar efetivamente os setores público e privado para melhorar a qualidade e a acessibilidade dos serviços de saúde. A expansão dos planos de saúde privados deve ser acompanhada por políticas públicas que garantam a equidade no acesso à saúde e a sustentabilidade do sistema como um todo. A busca por soluções que promovam a colaboração entre esses setores é fundamental para a melhoria do sistema de saúde brasileiro e, conseqüentemente, para o bem-estar da população.

**Palavras-chave:** Plano de saúde, sistema, serviços, assistência, política.